

Prazo para refinanciamento termina em 30 de setembro

Até agora, só São Paulo assinou contratos que põem em vigor acordo com Tesouro Nacional

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Termina em 30 de setembro o prazo para que Minas Gerais e outros 17 Estados assinem os contratos de refinanciamento de suas dívidas pelo governo federal. Só São Paulo assinou os documentos que efetivam o acordo com o Tesouro Nacional. Os demais apenas acertaram protocolos de intenção, que fixam as linhas gerais de cada refinanciamento.

Nada será concretizado sem os contratos e a autorização do Senado.

Os próximos são Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Os contratos com Minas não começaram a ser preparados, embora o governador Eduardo Azevedo tenha assinado o protocolo em setembro passado.

O aumento dado pelo governo mineiro aos policiais militares não desrespeita as regras do protocolo. Mas segundo técnicos do Tesouro Nacional, tornará mais penosa a concretização do acordo. Isso porque um dos contratos fixará metas de ajuste de receitas e despesas. Ao aumentar gastos com pessoal, Minas precisará compensar com mais demissões ou uma elevação na ar-

recadação ou, ainda, intensificando o programa de privatizações.

O protocolo prevê que o Estado não poderá se endividar mais até 2006 e, nesse ano, o valor da dívida deverá ser equivalente a um ano de arrecadação. Além disso, a Lei Camata dá prazo até 1998 para os governos limitarem a folha do funcionalismo a 60% da arrecadação.

Se Minas descumprir suas metas, as penalidades previstas são rigorosas. Na prestação do refinanciamento, o Estado pagará ao Tesouro 12% de suas receitas mensais.

Caso saia do programa, o comprometimento passará a 17%. E em vez de juros de 6% ao ano, pagará juros de mercado.

Os Estados que perderem o prazo para assinatura dos contratos não contarão com aju-

da do Tesouro para aliviar suas dívidas — significa média de 12% de juros ao ano, em vez de 6%, e prazo para pagamento em torno de 16 anos e não de 30, como prevê o refinanciamento. Em compensação, não precisarão se submeter ao programa de ajuste do Tesouro.

A preparação dos contratos está mais lenta do que esperava o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Ele informou que pretende discutir com o Tesouro formas de acelerar a assinatura. Mas a área técnica da Fazenda já admite a ideia de prorrogar o prazo até 31 de dezembro.

RECEITAS E
DESPESAS TÊM
DE FICAR
EQUILIBRADAS